



Patrimônio: Reassentamento compulsório e turismo. Um estudo comparativo sobre Federación (Argentina) e Itá (Brasil)

María José Reis

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Universidade Federal de Santa Catarina / Universidade do Vale do Itajaí

María Rosa Catullo

Universidade Nacional de La Plata

Alicia N. González Castells

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

O presente texto analisa comparativamente as experiências vivenciadas pelas populações urbanas de Federación (Província de Entre Rios, Argentina) e de Itá (Estado de Sta.Catarina, Brasil), que foram realocizadas para a instalação, respectivamente, da represa binacional Argentina-uruguaia de Salto Grande e da represa brasileira de Itá. Seu foco central é o modo como diferentes atores sociais representam e lidam, nestas cidades relocadas, com parte de seu patrimônio tangível e intangível relativo aos antigos assentamentos e tradições urbanas, anteriores à inundação decorrente da instalação das referidas represas, sobretudo a partir de projetos de exploração turística em elaboração ou em execução em ambas as cidades”.

Palavras-chave

Relocalização urbana; patrimônio; turismo.

Abstract

This paper comparatively analyzes the experiences of urban populations of Federación (Entre Rios Province, Argentina) and Itá (state of Santa Catarina, Brazil), which were relocated because of the constructions, respectively, of the bi-national Argentine and Uruguayan dam Salto Grande and the Brazilian dam Itá. Its main focus is the manner in which different social agents in these relocated cities represent and deal with part of their tangible and intangible patrimony related to the former settlements and urban traditions, which existed before the flood resulting from the construction of the aforementioned dams. This analysis focuses primarily on the tourist venture projects currently being planned or implemented in both cities.

keywords

Urban relocation; patrimony; tourism.

Patrimônio: Reassentamento compulsório e turismo. Um estudo comparativo sobre Federación (Argentina) e Itá (Brasil)

María José Reis
María Rosa Catullo
Alicia N. Gonzalez Castells

No início do século XX, uma série de condições – o acesso dos países periféricos a um conjunto espantoso de conhecimento científico e conquistas tecnológicas e o esgotamento, nos países centrais, de certos recursos naturais básicos – propiciou a aceleração dos incipientes processos de industrialização naqueles países. Em decorrência disso, verificou-se, sobretudo a partir da segunda metade desse século, um investimento sem precedentes em grandes obras de infra-estrutura, tais como gasodutos, oleodutos, pontes, centrais nucleares, autopistas e grandes represas hidrelétricas.

Dentre esses investimentos, interessam-nos, especificamente, as usinas hidrelétricas, de cuja implantação resultam vários desdobramentos ou efeitos socioculturais e políticos. A partir de uma considerável produção acadêmica sobre as conseqüências em geral de projetos dessa natureza, no Mercosul em particular¹, é possível afirmar que sua implantação desencadeia processos sociais de extrema complexidade, compreendendo tanto aspectos técnicos e ambientais quanto demográficos, políticos e culturais.

O presente artigo analisa e compara as experiências vivenciadas pelas populações urbanas de Nueva Federación (Província de Entre Rios, Argentina) e de Itá (Estado de Santa Catarina, Brasil), que foram realocadas para a instalação, respectivamente, da represa binacional argentina-uruguaia de Salto Grande e da represa brasileira de Itá. O seu foco central é o modo como diferentes atores sociais representam e lidam, nessas cidades recriadas, com parte de seu patrimônio relativo aos antigos assentamentos e tradições urbanas, anteriores à inundação decorrente da instalação das

referidas represas, sobretudo através da interferência de projetos de exploração turística em elaboração ou em execução em ambas as cidades.

Retornando aos processos de instalação de usinas hidrelétricas, é indispensável afirmar que eles invariavelmente provocam uma reordenação territorial prévia, implicando destruição e posterior reconversão de bens culturais e naturais, localizados nos territórios sobre os quais são realizadas as intervenções para o estabelecimento dessas obras. Diante da necessidade da formação de um reservatório ou lago artificial, ocorre a inundação de vastas extensões de terras e a apropriação de seu entorno como área de preservação ambiental. Torna-se necessária, também, a transformação e a ocupação de espaços destinados à construção e instalação de outras obras de infra-estrutura – como estradas, pontes, linhas de transmissão de energia elétrica – e o estabelecimento de vilas residenciais para os técnicos e operários responsáveis pela construção e manutenção dessas usinas. Considerando que comumente os espaços necessários à instalação e ao funcionamento de obras dessa natureza não são, em termos humanos, espaços vazios, mas alojam diferentes segmentos sociais, acaba por ser indispensável a retirada compulsória das populações que historicamente vinham ocupando esses locais (Reis e Blomer 2001:12).

Fica, portanto, evidente, que as conseqüências socioambientais e culturais de processos de tal envergadura não têm sido nada desprezíveis (Reis e Blomer 2001:12). Além da destruição e da perda de acesso às áreas de produção e captação de recursos e de postos de trabalho, registra-se, via de regra, o rompimento do tecido social comunitário e a mutilação ou total transformação de espaços simbolicamente mapeados, envolvendo, entre outros, aspectos cognitivos, míticos e afetivos.

Os dois casos específicos em análise – das represas de Salto Grande e de Itá – tiveram como uma das muitas conseqüências, em termos espaciais, a necessidade de remanejamento de populações urbanas e rurais, resultando na instalação das cidades de Federación e de Itá, objetos de nossa investigação. Em ambas, ocorreu, assim, um intenso processo de reconstrução e reconstituição espaço-temporal, envolvendo tanto bens e tradições culturais quanto naturais, apropriados, parte deles, a partir daí, como bens patrimoniais. Em termos temporais, esses processos provocaram rupturas ou descontinuidades, estabelecendo marcos significativos

de um “antes” e um “depois”, parte integrante de qualquer processo acelerado de mudanças como aquelas referidas anteriormente.

Algumas questões básicas, inspiradas pela literatura sobre patrimônio cultural e natural, parecem pertinentes para nortear a nossa reflexão sobre a problemática em pauta. Quais bens e tradições foram recriados, reconstituídos ou reconstruídos? Com que finalidade o foram? Quem definiu esse processo de reconversão? Como esse processo repercutiu na população urbana como um todo?

Do ponto de vista teórico, um primeiro aspecto, central quando se trata de patrimônio, diz respeito às próprias estratégias da sua *construção*. Como lembra Arantes (1984: 8), o interesse pela defesa de estruturas arquitetônicas, tradições, paisagens e recursos naturais decorre, sem dúvida, do desejo de manter laços de continuidade com o passado. Talvez o termo construir ou criar, de acordo com o autor (Arantes 1984:8) “descreva melhor essa relação, já que, em parte, eles chegam às gerações sucessivas como herança, mas ao mesmo tempo, entretanto, sua persistência no tempo resulta de ações e interpretações que partem do presente em direção ao passado”. Destaca-se, assim, um importante pressuposto sobre a chamada “preservação” do patrimônio que deve, como qualquer “trabalho de memória” (Bosi 1983), ser pensado como um trabalho transformador e seletivo de destruição e reconstrução do passado, que é realizado no presente e nos termos do presente.

Um segundo aspecto a ser levado em conta é que os espaços ocupados eram espaços mapeados culturalmente, uma vez que, como afirma Arantes (1984), para nenhum grupo humano o espaço vital é um conjunto de objetos físicos, vazios de significados. Todos esses objetos, ao ocuparem um determinado ambiente, imprimem nele suas marcas, transformando-o em seu *lugar*, ou seu *território*. Do mesmo modo, o cotidiano vivenciado e suas temporalidades eram *significativamente*, ou seja, culturalmente demarcados.

Em terceiro lugar, apontar o que, nesses espaços temporalmente mapeados, deve ser assumido como bens patrimoniais a serem de algum modo recriados, recuperados e preservados, é uma tarefa que envolve perspectivas e interesses supostamente diferenciados, uma vez que eles eram, no passado, compartilhados – especialmente em se tratando de espaços e tradições urbanas – por diferentes grupos sociais. Este aspecto, que tem a ver com o caráter seletivo da preservação patrimonial, envolve, portanto, uma dimensão política que não pode ser descurada.

Em decorrência das afirmações anteriores, e em quarto lugar, é necessário lembrar que qualquer iniciativa de preservação atende a motivações específicas e se reflete de modos também específicos em relação à população em geral. Arantes (2002:89) afirma, a esse respeito, que é preciso fazer uma distinção entre o patrimônio como *referência* e o patrimônio como *recurso*. Pode-se, assim, diferenciar os aspectos ou sentidos muitas vezes presentes nos mesmos objetos e tradições culturais. Trata-se, no primeiro caso – o da referência – da dimensão dos bens e das tradições culturais relacionada com os sentidos enraizados e subjacentes, os quais agregam os significados que estruturam a memória coletiva, a rigor a dimensão que tem sido ressaltada nas políticas culturais de Patrimônio Histórico e Artístico e que remete à constituição de identidades. São, em síntese, os saberes e os valores amplamente compartilhados pelos membros de determinado grupo, assim como os objetos, tempos e lugares onde tais valores se condensam. (Arantes 2002)

Por último, na apropriação do patrimônio como recurso, privilegiam-se as potencialidades dos bens e tradições culturais no que concerne à sua mercantilização. Este é o caso, por exemplo, da relação que freqüentemente se estabelece entre patrimônios e turismo. Nesses termos, é importante destacar que a forma pela qual visitantes e habitantes locais se relacionam com os espaços assim apropriados é, via de regra, diferenciada. Por parte dos turistas, como assinala Bezerra de Menezes (2002:98), é uma fruição que se consoma, geralmente, na mera contemplação. A dos habitantes, por sua vez, ocorre no quadro da sua habitualidade, sendo uma fruição profunda, vivenciada, uma apropriação afetiva, estética, cognitiva, além do comprometimento de outras importantes esferas da vida social.

Entretanto, como tem sido ressaltado por diferentes autores, as ações dos agentes voltados para as atividades turísticas trazem conseqüências para as sociedades locais, “já que significam pressão para alterações na materialidade e em comportamentos sociais correlatos à presença de novos agentes (e seus interesses) na disputa por recursos e, portanto, na definição de investimentos e projetos” (Ribeiro 2002:216). Podem, inclusive, influenciar, como afirma a autora, na autopercepção dos habitantes, já que as imagens de uso externo também são de uso interno, espelhando, de forma seletiva, características consideradas positivas do patrimônio historicamente construído, ou, diríamos, por vezes reconstruído.

A reafirmação do passado: as “velhas” cidades de Federación (Entre Rios, Argentina) e de Itá (Santa Catarina, Brasil)

No marco anteriormente explicitado, interessa agora refletir sobre as nuances que assume o patrimônio, quando o objeto da análise diz respeito às cidades que foram destinadas ao desaparecimento, quando a população fatalmente deve vivenciar e sobreviver a um processo anunciado de destruição e posterior alagamento de todo ou de parte de seu território natural e construído². Nessas experiências de vida, é preciso ressaltar que, juntamente com os restos de uma urbanidade submergida, afundam também as vivências criadas e vivificadas ao seu redor, logo transformadas em passado. Embora muitos desses bens e tradições sejam reproduzidos nos novos assentamentos, é muito discutível o modo como são (re)construídas as próprias vivências e qual o significado outorgado pelos próprios nativos às reproduções de seu antigo cotidiano, institucionalizado *a posteriori* como bem patrimonial.

Desde 1777, data da fundação de Mandisovi³, que é o antecedente urbano de Federación, houve, em sua história, vários momentos fundacionais e muitas narrativas desses mesmos episódios. Em 1847, por razões marcadas por condutas e decisões distantes da vontade de seus habitantes, foi ordenado pelo Governador Don Justo José de Urquiza a sua realocação à beira do Rio Uruguai (Patti e Catullo 2001). Deste modo, para os federaenses, houve vários antes e depois, dando lugar a momentos excepcionais corporificados em cantos populares, poesias, contos, esculturas alusivas, vídeos e folhetos narrando a história da cidade, produzidos tanto por instituições públicas quanto por investidores privados.

Os últimos episódios dessa longa cadeia de acontecimentos vão ser decisivos para o destino dos atuais federaenses. O convênio binacional do Projeto de implantação da usina hidrelétrica de Salto Grande, assinado no ano de 1946, por exemplo, foi um desses momentos marcantes de Federación. Nesse marco legal, a cidade de Federación, permaneceu literalmente paralisada aos olhos da população local.

Somente três décadas depois, no ano de 1979, é que o processo vai dar sinais de movimento, dando início, também, ao êxodo da população para uma cidade ainda em construção. Porém, o deslocamento não foi partilhado por todos. Devido a um número deficitário de moradias, problema não solucionado pelos órgãos competentes, parte dos moradores – dentre os mais carentes que deveri-

am ter sido deslocados – permanecem em áreas remanescentes da antiga Federación até ao presente, sofrendo um isolamento e abandono ainda maiores. Os relatos caracterizaram o deslocamento como a marca de um novo episódio vivido de forma traumática pela população. A cidade de Federación, a partir desse momento, ficou territorialmente dividida. Nos restos da cidade antiga não alagada, além da população, continuaram, por um longo período, atividades e serviços essenciais como, por exemplo, a região industrial e o atendimento hospitalar, além do cemitério dos federaenses, que permanece, até os dias atuais, em seu lugar tradicional.

Imagens escolhidas por alguns “nativos”⁴ dão vida a certos fragmentos da velha cidade e revelam um passado ainda muito presente na população local. Essas pessoas nos convidam a percorrê-la, indicando locais e pontos de encontro privilegiados pelos federaenses da época. Através dessas janelas, enriquecidas ainda mais pelos relatos nativos, é possível fazer o tradicional e apreciado passeio pela cidade. A velha cidade, com uma planificação urbana feita em *damero*, comum nas urbanizações espanholas, tinha uma intensa vida pública em sua área central. Passear por ela significava desfrutar de suas árvores centenárias que margeavam o passeio e propiciavam “sombra” para os freqüentadores habituais. Significava, também, imaginar o sentimento dos federaenses ante a destruição gradual do patrimônio arquitetônico pertencente às instituições do poder público local, como bem mostram as imagens do prédio da Prefeitura, da Delegacia de Polícia, do Colégio de Segundo Grau, da Biblioteca Pública, do Cinema e do Clube Social. Os principais prédios públicos eram todos de altura baixa, cercados de abundante vegetação; o único que se destacava, exterior à linha imaginária sobre as edificações e a vegetação, era a torre da Igreja Matriz.

Assim, percorrer, através de seus relatos, a praça central, ícone da vida pública, ou contemplar restos de residências de federaenses – talvez as dos mais ilustres, localizadas na área central da cidade, exprimindo arquitetura de época – permite reconhecer imaginariamente o perfil urbano da antiga cidade de Federación. As referidas imagens nos convocam, ainda, a compartilhar da dor da comunidade local ante a imagem da Igreja Paroquial Imaculada Conceição, identificada pelos próprios paroquianos como último e alegórico símbolo patrimonial da cidade de Federación, destruída no ano de 1979.

Contaram-nos ainda os federaenses que, nos primeiros anos do êxodo, a cada descida do nível do lago, a população toda voltava e percorria a rua principal onde estava localizada a igreja. Descobriam seu contorno e limites entre capas sucessivas de limo depositado no fundo do lago, e também se detinham à procura de outras ruas e dos prováveis pisos das suas moradias.

Os relatos dos itaienses⁵, por sua vez, sobre sua “velha” Itá – fundada por descendentes de imigrantes de alemães e italianos, provenientes do Rio Grande do Sul, por volta da segunda década do século passado – dão conta de seus bens patrimoniais, lembrados, como o fizeram os federaenses, em diferentes modalidades de comunicação, tais como poesias, vídeos, textos de autoria de historiadores locais e de representantes da municipalidade. Era uma pequena cidade, concentrada territorialmente, marcada pela presença de ruas arborizadas e floridas. Ao longo delas, entre outros bens patrimoniais, destacam os itaienses a sua Igreja Matriz – tendo como padroeiro S. Pedro –, a Prefeitura, o Hospital S. Pedro, o Clube Recreativo Cruzeiro, o Seminário Nossa Sra. das Graças, a Estação Rodoviária, um cinema, as instalações dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e dos Comerciantes, algumas escolas, além de seus antigos casarões, moradia dos notáveis locais.

Quanto ao patrimônio natural, no passado, o principal referente, para ambas as cidades, é o Rio Uruguai, pois grande número de atividades sociais e econômicas estavam relacionadas com ele. Para os moradores de ambas as cidades, o rio serviu como caminho por onde foi transportada a madeira explorada nas áreas coloniais de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e daí levadas ao território argentino, sendo um dos pontos de chegada a própria cidade de Federación; nos dois lugares, forneceu fartas pescarias, destinadas ao consumo doméstico e ao lazer, este último proporcionado, também, por suas praias, utilizadas como balneários pelos moradores locais; em ambas, ainda, foi objeto de fruição estética, pela beleza que imprimia à paisagem. No caso específico de Itá, serviu, em acréscimo, como palco para um tipo de celebração religiosa, a procissão de N. Sra. dos Navegantes, realizada com barcos, congregando moradores de ambas as margens do rio.

Um outro marco natural referido pelos antigos moradores de Itá e Federación são as reservas florestais, localizadas às margens do Uruguai, além da vegetação arbórea margeando as ruas e cobrindo as praças. Assim, a presença do verde é uma constante

nas diferentes representações de ambas as velhas cidades.

Por último, vale destacar que faz parte, também, das referências dos itaienses, como seu patrimônio natural, a presença de inúmeras cascatas, lembradas tanto por sua beleza como por se constituírem em lugares de lazer.

Portanto, perceber as antigas cidades através dos relatos e das imagens locais remete-nos a um sentimento de perda progressiva dos principais vestígios citadinos, permitindo, dessa forma, refletir a idéia de patrimônio através das vivências dos próprios nativos que sofreram essa etapa do processo. Porém, resta conhecer a outra face desse mesmo processo: se, para muitos, a velha cidade foi e continua a ser uma ferida ainda aberta, o que significa a nova cidade para os federaenses e para os itaienses? Quais são as reminiscências dignas de ser consideradas bens patrimoniais que ficam ausentes nas novas cidades e, em contrapartida, quais delas foram contempladas, mantendo ou não o seu sentido original?

As “novas” cidades de Federación e de Itá: ruptura e continuidade com o passado patrimonial

Mais de duas décadas se passaram desde que os federaenses abandonaram a sua antiga cidade. A nova Federación, fundada em março de 1979, composta atualmente por uma população de quinze mil habitantes, é considerada uma cidade de vida tranqüila, tal como o era a antiga. Além da calma herdada, a nova cidade é considerada segura tanto para os seus moradores como para os visitantes. No entanto, a cidade, na época do deslocamento, segundo relatos locais, era extremamente desoladora. Não tinham sido ainda construídos os edifícios públicos; as ruas e calçadas não estavam terminadas e não havia iluminação. Os federaenses sentiam o seu novo espaço como se fosse uma “cidade fantasma”. Com um reduzido número de casas, a imagem que ficou na memória dos moradores foi a representação de um grande “canteiro de obras” (Cattullo e Patti 2001).

O planejamento da nova cidade, como toda obra que nasce do nada, exigiu dos responsáveis imaginar e decidir sobre os alinhamentos básicos da trama urbana, as características arquitetônicas de seus prédios, suas localizações no território – em quase nada tendo a ver com a velha Federación; em síntese, a tarefa exigiu planejar o funcionamento da vida pública e privada de toda uma população. Neste caso, os planejadores, a partir de uma

trama urbana de características simétricas em retícula, criaram também um eixo principal para a cidade, definido pela faixa que ficara paralela ao lago. Em toda a extensão da faixa concentraram as funções consideradas essenciais do município: administração, segurança, atividades culturais, esportivas, turísticas, comércio e educação, ficando articuladas, em termos funcionais, pela rua principal. A mesma rua foi concebida arquitetonicamente como passeio, entremeada por trechos comerciais, os quais eram acompanhados, numa de suas laterais, por galerias de circulação, exteriores e cobertas, com a intenção – explicitada no memorial do projeto – de que esse passeio fosse o ponto central do encontro social local.

O referido planejamento criou novos referenciais. A vida pública já não se desenvolvia ao redor de uma praça central, como na antiga cidade. Agora, o referencial principal, embutido no pressuposto do projeto, era o lago, entre outras razões porque essa era a novidade, com a qual mudaram também os referenciais da população para recriar o cotidiano perdido, vinculado visceralmente ao Rio Uruguai. Acompanhando o alinhamento do lago, foi construída uma via totalmente arborizada, proporcionando uma agradável paisagem.

Entretanto, da velha Federación pouco restou, tanto em termos de seu patrimônio tangível quanto de suas tradições, para além das edificações mencionadas e do cemitério. No novo centro urbano foi reconstituída, a partir do material de sua demolição, a primitiva igreja do antigo aglomerado urbano, construída em meados do século XIX, transformando-se esse novo espaço em Museu dos Assentamentos. É neste espaço que nos finais de semana um grupo teatral local representa a peça *"Aquel, mi pueblo...!"*, que conta com um auxílio de um vídeo documentário, a história da cidade. No mais, além de uma peregrinação anual ao Santuário da Imaculada Conceição, nada na arquitetura, no plano da cidade ou em suas comemorações festivas parece relembrar ou recriar bens patrimoniais tangíveis ou tradições do antigo assentamento urbano. A rigor, o que adquire significado e se celebra é o lago e as estações termais, os bens naturais e patrimoniais decorrentes, pelo menos em parte, de mudanças espaciais provocadas pela implantação da hidrelétrica de Salto Grande.

No caso de Itá, entre a dramática notícia da necessidade da inundação da velha cidade até à sua total remoção para o novo espaço, em 1997, dezessete anos se passaram. A nova planta urba-

na em nada se assemelha à da velha cidade, instalada próxima às margens do rio Uruguai. A nova Itá, erigida no alto de uma montanha, com vista panorâmica para o lago, assumiu um traçado linear, acompanhando longitudinalmente a crista da elevação onde se encontra, ao contrário do antigo assentamento urbano, que, segundo seus antigos moradores, referindo-se à proximidade entre as moradias e os prédios públicos, “era um ovo: tudo ficava perto”.

O patrimônio tangível arquitetônico da velha Itá foi totalmente destruído, salvo parte de sua Igreja Matriz. Por reivindicação dos itaienses, foram preservadas as suas duas torres, qual escultura construída na superfície lisa e espelhada do lago artificial da usina hidrelétrica, ao redor das quais foi construído um átrio semi-coberto, como base de sua sustentação, destinado à circulação de visitantes e a celebrações religiosas. Contudo, ao contrário de Federación, parte dos futuros moradores das principais ruas puderam escolher as fachadas de suas casas como réplicas ou reconstituições de padrões arquitetônicos do patrimônio representado pelas antigas casas coloniais. São também marcos patrimoniais de alguma maneira vinculados ao passado um monumento alusivo ao lançamento de sua pedra fundamental, e duas casas, réplicas integrais das referidas casas coloniais, utilizadas como “espaços de memória” (Nora 1993). Trata-se da Casa da Cultura – Alberton e da Casa da Memória – Camarolli que, como museus históricos, abrigam objetos do cotidiano itaiense, além de um acervo de vídeos e de fotos. As demais edificações públicas e privadas, inclusive sua atual Igreja Matriz, pouco ou nada lembram as antigas edificações.

Como patrimônio não tangível, os itaienses recriaram celebrações e festas vinculadas a seu passado colonial e às tradições gauchescas, como a Festa do Chops, a Festa Italiana, o Baile do Queijo e do Vinho e o Rodeio Crioulo. Trata-se, assim, de um exercício permanente de recriação e reconstrução de sua identidade, embora nela não se espelhem todos os itaienses, especialmente parte da população de baixa renda, não descendente dos referidos colonizadores⁶. Então, mesmo não tendo igual significado para a totalidade de seus moradores, revelando o conflito e o descompasso de valores e significados entre eles, esses eventos, além de referência, constituem-se, ainda, como foco de exploração turística e, portanto, como recursos patrimoniais.

Do mesmo modo, vale destacar, como ocorreu também com nossos entrevistados em Federación, que várias foram as manifes-

tações de itaienses de não-identificação com as novas edificações públicas, orgulho, entretanto, no caso de Itá, de seus planejadores – os arquitetos da empresa responsável pela implantação da Usina Hidroelétrica de Itá. Esse orgulho tem sido igualmente manifestado pelas autoridades locais, que as ostentam, reproduzindo o discurso laudatório de seus idealizadores e ressaltando como principal característica da cidade o fato de ser a primeira, da região, “totalmente planejada”.

Desse modo, torna-se evidente que os descontentamentos registrados em ambas as cidades são reflexo do conflito de interpretação e de identificação, próprio, como foi dito anteriormente, quando se trata de definições e reconstituições patrimoniais.

Quanto ao patrimônio natural das novas cidades, sem dúvida o lago artificial representa um de seus *patrimônios de referência* fundamentais, uma vez vencidas, por parte da maioria das respectivas populações, as resistências iniciais à sua presença, por considerá-lo como sepultura da antiga cidade. Como tal, intimamente associado ao Rio Uruguai, tem servido aos habitantes de Federación como balneário, através da criação de várias praias artificiais e, para os segmentos sociais de maior poder aquisitivo de ambas as cidades, como local da prática de esportes náuticos. Ao mesmo tempo, entretanto, esses espaços vêm-se constituindo em *patrimônios como recurso*, destinados à exploração turística. Isso ocorre, também, com uma reserva florestal recriada em Federación, o *Parque El Aromito*, composto por espécies nativas que constituíam as florestas de galeria ao longo do Rio Uruguai e com parte das cachoeiras ainda existentes, localizadas no município de Itá, parte do pacote turístico a ser vendido proximoamente.

As novas cidades para os “outros”: apropriação e transformação do patrimônio referencial

O ano de 1994 constituiu-se, novamente, para os federaenses, numa data de grandes mudanças. Configurava-se um novo corte espacial e temporal, porém de magnitude e direcionamentos muito diferentes daqueles verificados em 1979, com o início do êxodo para a cidade atual. A referida data marca, novamente, um ordenamento entre um antes e um depois, entre nostalgias de um tempo perdido e uma esperança, talvez, de um tempo melhor, estabelecendo novos desafios que serão decisivos para este novo período. Trata-se da

descoberta de águas termais que proporcionaram a transmutação de Federación, a partir de 1997, na nova e esperançosa Cidade das Termas. Semelhante processo começa a ocorrer, também, em Itá, onde, a partir de 2002, teve início a instalação de seu parque termal, esperança de novos e rentáveis negócios turísticos para uma parte dos itaienses.

Em termos comparativos sobre os efeitos do turismo no cotidiano destas populações, a rigor, no que diz respeito ao patrimônio tangível, curiosamente poderíamos concluir que em Federación, por exemplo, a igreja Matriz, último baluarte da “velha” e venerada cidade, não teve o mesmo destino de recordação como a de Itá.

Entretanto, se em Federación não ficaram os restos mortuários expostos para serem venerados e contemplados na fase da cidade do espetáculo, ficaram claramente as intenções. Na cidade atual das Termas, além da “tranquilidade e segurança” – características de teor positivo utilizadas largamente como chamariz para atrair turistas metropolitanos –, o que é revelador é a apropriação de todo indício de sentimento coletivo significativo da vida dos federaenses. Estão previstos, por exemplo, possíveis usos da antiga religiosidade popular e do sofrimento pelo qual passaram os federaenses. Entre os atrativos das políticas de turismo, existem planejamento para a futura realização de mergulhos submarinos com os turistas para contemplar os restos religiosos de uma antiga cidade. Por outro lado, no Museu dos Assentamentos, o visitante terá, como opção de entretenimento, a oportunidade de assistir ao drama social desta população. Como diz a propaganda veiculada por uma revista de turismo (R.H.Pepe e Associados 2002), “Esta comunidad [...] sus antepasados [...] esa vida agitada y muchas veces trágica, resulta muy entretenida para los visitantes, que en el Museo de los Asentamientos tienen la posibilidad de recrear momentos de la historia federaense”.

No caso de Itá, as torres da Igreja Matriz foram, igualmente, transformadas em objeto de atração para o turismo, sendo suas réplicas em miniatura motivo de “lembrancinhas” (*souvenirs*) e de prêmios em jogos esportivos, além de focos centrais para postais, de cenário para fotos pessoais, motivação para passeio de barco com direito à visita do átrio e das duas torres, entre algumas das idéias destinadas à sua transformação em patrimônio como recurso, até ao momento implementado pelo mercado formal e informal. Isso vem igualmente acontecendo, conforme já foi dito, com

outras manifestações e bens culturais, como também com os seus museus históricos.

Para finalizar, vale ressaltar que a experiência visceral da realocação de Federación e de Itá, em decorrência da implantação das respectivas usinas hidrelétricas, produziu um corte espacial e temporal que, de fato, foi vivenciado pelo conjunto dos federaenses e itaienses. Todavia, os seus desdobramentos, em termos da reconstituição, reconstrução e ressignificação de seus bens patrimoniais, foram experimentados de modos distintos, expressando, por sua vez, a diversidade sociocultural dos segmentos sociais locais.

Referências bibliográficas

- ARANTES, Antonio Augusto (Org.). 1984. *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense/Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo.
- ARANTES, Antonio Augusto. 2002. "Cultura, ciudadanía y patrimonio en América latina". In: M. Lacarrieu e M. Álvarez (sel.). *La (indi)gestión cultural: una cartografía de los procesos culturales contemporáneos*. Buenos Aires: Ed. Ciccus/Ed. La Crujía.
- BALAZOTE, A.; CATULLO, Maria Rosa e RADOVICH, Juan Carlos. 2001. *Antropología y Grandes Proyectos en el MERCOSUR*. La Plata: Ed. Minerva.
- BEZERRA DE MENESES, Ulpiano. 2002. "Os 'usos culturais' da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais". In: E. Yázigi et al. (org.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. 3ª. ed. São Paulo: Hucitec.
- BOSI, Ecléa. 1983. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz.
- R.H. Pepe; Associados S.A. .P.C. e Movicom. 2002. *Turismo*. Buenos Aires, ano 1, n.1, set.
- CATULLO, Maria Rosa e Beatriz PATTI. 2001. "Proceso de relocalización y nueva ciudad: Federación-Nueva Federación, Entre Ríos-Argentina". In: A. Balazote; M.R. Catullo e J.C. Radocich. *Antropología y grandes proyectos en el MERCOSUR*. La Plata-Argentina: Ed. Minerva.
- NORA, Pierre. 1993. "Entre memória e História: a problemática dos lugares". *Projeto História*. São Paulo: PUC - Dep. de História, (10), dez.
- REIS, Maria José e BLOEMER, Neusa M. Sens (Org.). 2001. *Hidrelétricas e populações locais*. Florianópolis: Cidade Futura/ Ed. da UFSC.
- RIBEIRO, Ana Clara et al. 2002. "Turismo: uma prática entre a crise e a inovação na metrópole do Rio de Janeiro". In: E. Yázigi et al. (Org.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec.

Notas

¹ Sobre as principais fontes bibliográficas a respeito dessa temática, ver, entre outros, Balazote; Catullo; Radovich (2001) e, Reis e Bloemer (2001).

² Nos casos por nós estudados, ficaram áreas remanescentes das cidades originais.

³ Nome de origem guarani, dado em 1810 ao primeiro aglomerado mandado fundar por Don Juan de San Martín

⁴ Informações obtidas em entrevistas realizadas pelas autoras em dezembro de 2002, estão entre aspas, as categorias nativas.

⁵ Entrevistas realizadas pelas autoras em fevereiro de 2003.

⁶ Trata-se de afro-brasileiros e caboclos, grupo étnico resultante da miscigenação de afro-descendentes, índios e brancos de diferentes origens.

* Trabalho apresentado no GT "Projetos de Desenvolvimento, Efeitos Sócioambientais e Patrimônio", durante a V Reunião de Antropologia do Mercosul. Florianópolis, dezembro de 2003.